

A “família intelectual” *marxista* e os estudos sociais do esporte no Brasil – recepção, rotinização e implicações epistemológicas

The *marxist* “intellectual family” and the social studies of sports in Brazil: reception, routinization and epistemological implications

SOUZA J, OLIVEIRA VM, MARCHI JÚNIOR W. A “família intelectual” *marxista* e os estudos sociais do esporte no Brasil – recepção, rotinização e implicações epistemológicas. **R. bras. Ci. e Mov** 2018;26(2):103-112.

RESUMO: Nesse texto, são apresentados alguns elementos epistemológicos referentes ao processo de recepção e rotinização de ideias marxistas no âmbito dos estudos sociais do esporte no Brasil. Para elaboração do manuscrito, elegemos como caso paradigmático de análise a “família intelectual” *marxista* dos estudos do esporte no propósito [1] de demonstrar a existência de um “cordão invisível” que interliga as produções científicas e culturais levadas a efeito sob esse crivo teórico em diferentes contextos e épocas e [2] apresentar algumas especificidades analíticas partilhadas por alguns dos intelectuais e produtores culturais que circunscreveram suas análises sobre o fenômeno esportivo no âmbito desta linhagem, atentando para algumas implicações epistemológicas dessa abordagem.

Palavras-chave: Esporte. Marxismo. Sociologia do conhecimento.

ABSTRACT: In this text, we present some epistemological elements about the process of reception and routinization of Marxist ideas in the field of social studies of sport in Brazil. For the preparation of this manuscript, we have chosen as a paradigmatic case of analysis the Marxist “intellectual family” of the studies of the sport for the purpose [1] of demonstrating the existence of an “invisible cord” that interconnects the scientific and cultural productions carried out under this theoretical framework in different contexts and times and [2] present some analytical specificities shared by some of the intellectuals and cultural producers that circumscribed their analyses about the sporting phenomenon in the field of this lineage, considering some epistemological implications of this approach.

Key Words: Sport; Marxism, Sociology of knowledge.

Juliano de Souza¹
Vinicius M. de Oliveira¹
Wanderley Marchi Júnior²

¹Universidade Estadual de Maringá - Observatório de Educação Física e Esporte (OEFÉ-UEM)

²Universidade Federal do Paraná

Introdução

O presente texto recupera parte da argumentação teórica desenvolvida na tese de doutoramento¹ do primeiro autor do trabalho e sintetiza, portanto, alguns dos elementos epistemológicos referentes ao processo de recepção e rotinização de ideias *marxistas* no âmbito dos estudos sociais do esporte no Brasil. Em linhas gerais, propomos aqui uma revisitação crítico-reflexiva das principais teses propaladas por uma das “famílias intelectuais” mais influentes no campo da Sociologia do Esporte mundial. Nesse percurso, nos atentaremos para algumas das implicações epistemológicas dessa abordagem de modo a identificar pontos de conexão existentes entre, por um lado, produções intelectuais e científicas e, por outro, incursões literárias e jornalísticas gestadas em contextos histórico-sociais diferentes por autores que talvez não se deram conta ou mesmo não puderam se dar conta de algumas similitudes existentes entre suas leituras, análises e interpretações críticas tecidas sobre o fenômeno em questão.

Dito de outro modo, submetemos à apreciação nesse texto a “família intelectual” *marxista* dos estudos do esporte no propósito de demonstrar a existência de um “cordão invisível” – um “bloco de ideias” mais ou menos articulado – que interliga as produções científicas e culturais levadas a rigor sob esse crivo analítico em diferentes contextos e épocas. Paralelamente a essa abordagem, temos a pretensão de trazer à tona algumas das especificidades analíticas partilhadas por especialistas culturais que constituíram suas análises sobre o esporte, em seu caráter pedagógico ou dos significados socialmente mais amplos atribuídos a essa prática, no âmago desta linhagem. A hipótese de trabalho consiste, portanto, no entendimento de que os especialistas culturais em tela nesse texto, na condição de agentes participantes do pensar, influenciados, em alguma medida, pelo raio de ação da *intelligentsia* – grupos que dotam dada sociedade de uma interpretação de mundo² –, sobretudo, europeia, acabaram replicando em alguns de seus textos sobre o fenômeno esportivo uma série de análises que, embora tenham sido apresentadas em matizes diferentes e a partir de categorias múltiplas, remetem a uma unidade intelectual, ou seja, a um estilo particular de pensamento. Daí o uso heurístico atribuído à noção analítica de “família”.

Cabe frisar que as orientações metodológicas inerentes ao esforço de problematizar a existência dessa “família intelectual” ou escola de pensamento encontram respaldo na abordagem de Gildo Marçal Brandão³ sobre as linhagens do pensamento político brasileiro e, sobretudo, no programa da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim^{2,4}. Entendemos, nesse sentido, que a “família intelectual” *marxista* dos estudos do esporte mantém conexões íntimas com as produções críticas acerca de outros artefatos culturais da sociedade, sejam essas críticas tecidas dentro do campo acadêmico ou nas demais esferas de produção cultural. Há, além disso, uma espécie de comunicação entre as questões colocadas pelas mentes dos homens simples e pela mentalidade intelectual, uma vez que esse estilo de pensar, a exemplo de outras correntes de pensamento, corresponde aos anseios de determinado grupo social empiricamente observável. Ademais, esse estilo de pensar que envolve tanto pessoas comuns quanto à *intelligentsia*, a propósito de demais estilos de pensamento, acaba conferindo uma margem de segurança ontológica às existências individuais. Daí muitas vezes a dificuldade em se distanciar de formas de pensamento que correspondem a sistemas emotivos de crenças⁵.

Há que se notar, no entanto, que ao nos lançarmos na tessitura desse quadro estilístico das ideias, devemos ter em mente que o processo de formação do pensar não é tão objetivado e coerente quanto parece e, é bem possível que, intelectuais e homens simples partilhem análises caras ao estilo de pensamento *marxista*, sem, necessariamente, se situarem, a rigor, em uma esquerda ortodoxa ou centro-esquerda. Há, evidentemente, simpatias teóricas, o que sugere um controle mais racional do pensamento por parte de quem pensa, mas há também o pensar não tão ponderado, gestado por vias irrefletidas, devedor às demandas de determinados grupos. A possibilidade, inclusive, de se partilhar de ideias que contradizem sua situação de grupo, é a prova mesmo de que o pensar ultrapassa em muito a margem de ação individual, seja no campo acadêmico, nas demais esferas culturais ou no universo dos homens comuns. Sob essa perspectiva, as ideias que são fomentadas pelo grupo podem então ser motivo de diferentes interpretações individuais e, por esse motivo, apresentarem limitações e problemas⁵.

A fim de demonstrar a relevância e alcance dessas teses para tratar da produção de conhecimento no campo da Sociologia do Esporte, nos coube eleger como material empírico – em Sociologia do Conhecimento e em Sociologia da Ciência, as produções intelectuais e científicas é que constituem o “núcleo duro” do universo empírico de discussão – algumas obras gestadas no contexto da “família intelectual” *marxista* dos estudos do esporte no propósito de levar a cabo a agenda de pesquisa aberta na tese de doutoramento que deu origem a esse texto. Evidentemente, que não foi possível explorarmos nem na tese, tampouco no texto em tela, a pluralidade de autores e obras que participam ou participaram da

crítica *marxista*, marcada pela análise dos bens culturais como subproduto das lutas de classe em sentido econômico e pelo desejo de transformação da estrutura social, o que, por conseguinte, permite dimensionar os adeptos dessa linhagem, fazendo uso dos termos de Mannheim³, como participantes ativos do pensar utópico.

Nesse particular, o que aqui se apresenta são alguns indícios de como o estilo de pensar *marxista* teve sua influência e reverberação no contexto dos estudos sociais do esporte no Brasil. Por sinal, vale sublinhar, que o esforço realizado nesse empreendimento não teve como ponto de partida uma busca sistemática na literatura para identificar e quantificar a presença ou não dessa linhagem no âmbito dos estudos sociais do esporte. Em outras palavras, esse tipo de abordagem, embora possível, não nos interessava, tendo em vista que o objetivo teórico consistia tão somente em apresentar um modelo que sustentasse a tese de que a teoria *marxista* ao ser estendida para pensar a o universo esportivo, ajudou a construir a própria realidade social por ela supostamente desvelada.

Sob esse marco teórico fundacional da Sociologia do Conhecimento, os textos que compreendem o *corpus* empírico da argumentação foram elencados, seguindo os critérios sugeridos por Brandão³ de que algumas obras são, de fato, mais reveladoras que outras, sobretudo pelo poder de síntese e autonomia, para avançar no escavamento das linhagens intelectuais. A recorrência, além disso, a textos de contextos históricos diferentes, têm a função propedêutica de reunir evidências de alcance temporal alargado em favor da tese de que essas linhagens de pensamento no âmbito dos estudos sociais do esporte são duradouras, além de que nunca são completamente inéditas, tendo em vista que já foram lançadas em outros contextos de crise, como críticas autônomas, ensaísticas, panfletárias e assim por diante.

Uma abordagem relacionista da linhagem marxista dos estudos do esporte

Os estudos de inspiração *marxista* do esporte tendem a atribuir um valor explicativo central às dimensões materiais de composição da vida de modo que tal fenômeno e os processos específicos a ele associados, muitas vezes, ficam restritos analiticamente à dimensão do fator econômico. Nesse particular, uma infinidade de fenômenos que vão da escala micro à macro não raramente são lidos a partir do prisma do capital econômico, condição que se radicaliza em sociedades periféricas como a brasileira, na qual a temática da desigualdade social como fenômeno sociológico determinante na constituição de uma análise social crítica do mundo tende a ser pensada, sobretudo, a partir de condições materiais objetivas a exemplo da distribuição desigual de renda ou ainda a partir do lugar que os indivíduos ocupam no sistema de produção. Como apontou, no entanto, o sociólogo brasileiro Jessé Souza⁶ a partir de um corte analítico *weberiano*, esse tipo de abordagem tem seus limites, pois o ato de se pensar a sociedade como formada por configurações de *homo economicus*, isto é, por agentes racionais que calculam suas chances na luta por recursos escassos, acaba ofuscando aqueles fatores psicossociais que estão por trás e são necessários para conquistar a renda diferencial. Ou seja, pode haver outros capitais em jogo que também influenciam ou mesmo relativizam a tentativa de apreensão economicista do mundo.

É verdade que os intelectuais inclinados ao modo de pensar *marxista* por muito tempo detiveram o monopólio da crítica legítima ao capitalismo do tipo liberal pautado na livre ação do mercado e, ao se engajarem nessa tarefa, elegeram a categoria trabalho e o processo macroeconômico como elementos analíticos centrais de suas agendas. Acontece, entretanto, que esse tipo de interpretação ao ser estendida ortodoxamente ou com relativas modificações analíticas para pensar as esferas de produção cultural acabou subestimando a autonomia das práticas culturais em organizarem-se a partir de dinâmicas, lógicas e códigos que lhe são próprios e que embora, muitas vezes, atuem a partir do princípio da oferta e procura, estão longe de ser efeito de uma luta de classes que opera somente a partir de regras que se pautam na lógica de acumulação econômica. Dentre as práticas culturais que foram dimensionadas a partir desse ângulo crítico no campo acadêmico brasileiro se incluem evidentemente os bens esportivos. No campo da Educação Física, parte das discussões sociológicas que foram levadas a efeito a partir do início dos anos 1980 em relação ao fenômeno esportivo, emergiram desse direcionamento teórico e ressaltaram, sobretudo, seu caráter burguês, ideológico, opressor e falseador da realidade¹.

De acordo com Valter Bracht⁷, esse tipo de crítica do esporte como uma instituição meramente burguesa faz-se reportar aos esforços analíticos daqueles autores que integraram a chamada Escola de Frankfurt ou, em termos mais precisos, aos esforços empreendidos por autores a exemplo de Adorno, Horkheimer ou então Marcuse no sentido de compreenderem o papel ocupado pelos produtos culturais em uma formação societária de base capitalista. Note-se que tais autores jamais realizaram uma análise exaustiva do fenômeno esportivo moderno à luz de seus constructos teóricos e tampouco podemos defender que esse era o escopo original que os instigou a edificarem suas estruturas de análise metateórica. Ao invés disso, tais autores sistematizaram uma abordagem crítica da produção cultural e intelectual no

mundo capitalista – assim como da racionalidade técnica estruturante dessa ordem – e, ao fazerem isso, forneceram apontamentos para que outros estudiosos estendessem suas teses para pensar o esporte¹.

Ainda em conformidade com Bracht⁷, esse tipo de apropriação teórica, no caso da Alemanha, se traduziu nos trabalhos de Rigauer, Vinnai e Böhme ao passo que na França um projeto similar foi verificado nos trabalhos de Brohm e Laguillaumie. Há, no entanto, que se ressaltar que se na Alemanha as teses sustentadas pelos teóricos da Escola de Frankfurt ressoaram com magnitude no âmbito dos estudos e recensões teóricas produzidas acerca do esporte, na França, por sua vez, as influências teóricas mais marcantes no sentido de fazer valer a crítica de fundamentação *marxista* do esporte foram fundamentadas nas teses de Louis Althusser⁸ sistematizadas no livro “*Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*”, quando o autor faz três menções ao esporte como um aparelho ideológico de Estado⁵. Por sinal, o próprio Brohm⁹, ao propor uma genealogia da teoria crítica do esporte na França, da qual, ao lado de Ginette Berthaud e Pierre Laguillaumie, é um dos principais precursores, aponta a centralidade do pensamento de Althusser nesse campo de estudos ao comentar que:

[...] a teoria crítica tenta mostrar que o esporte de competição, longe de ser uma mercadoria inocente da indústria do entretenimento, é fundamentalmente um aparelho ideológico que reproduz as estruturas e superestruturas do capitalismo de Estado, seja ele de inspiração liberal ou de inspiração burocrática totalitária (“socialista”). É esta tese que foi a matriz teórica da teoria crítica e é esta tese que foi evidentemente – e ainda é – a mais contestada, tanto pelos numerosos admiradores do socialismo de Estado quanto pelas várias correntes sociológicas “apolíticas” – dos bourdieusianos aos cínicos pós-modernos, passando pelos empírico-positivistas, pela série interminável dos “humanistas” reformadores ou pelos historiadores autodistinguidos das práticas esportivas (p. 81, tradução nossa).

De fato, e tal como passível entrever do presente excerto, a teoria crítica do esporte, ao menos na França – e por via dos esforços reconhecidamente materializados na produção intelectual de Brohm –, reporta ao estruturalismo *marxista* de Althusser e à circulação de sua teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Se na Alemanha, portanto, é correto dizer que as produções de Bero Rigauer e de Gerhard Vinnai – dois importantes estudiosos alemães que se dedicaram à Sociologia do Esporte – foram decisivamente influenciadas pelas leituras críticas empreendidas pelos teóricos da Escola de Frankfurt, o mesmo, em que pese as devidas particularidades, também se aplica à obra de Jean-Marie Brohm que constrói sua crítica ao esporte a partir de uma síntese original estabelecida entre a abordagem estrutural-*marxista* de Althusser e a psicanálise *freudiana*.

Evidente que os sistemas de pensamentos não são enclausurados e fechados em si, como se, por exemplo, as teorizações de Adorno e Horkheimer sobre a “indústria cultural” não tivessem feito eco na França ou como se a teoria de Althusser, de igual modo, não encontrasse leitores e adeptos na Alemanha ou em outro país qualquer. O que subjaz, portanto, a esse entendimento é que a conformação de uma perspectiva de análise crítica do esporte, fundamentada nas apropriações, retraduições e descobertas de novos usos da teoria *marxista*, transcende as fronteiras nacionais de modo que, metodologicamente falando, o posicionamento mais convidativo para problematizar essa linhagem teórica no contexto dos estudos do esporte, talvez seja retomar as obras que se circunscrevem no âmbito desta “família intelectual” de um ponto de vista eminentemente global e integrativo de modo a restituir as aproximações e distanciamentos possíveis bem como restaurar similitudes e diferenças entre as ideias dos diferentes autores porta-vozes desse estilo de pensamento¹.

Esse tipo de postura nos permite pensar, por exemplo, o modo com que a teoria crítica não só do esporte, mas de vários outros artefatos culturais e da sociedade como um todo, foi sendo recebida e redimensionada no Brasil e, mais que isso, as maneiras pelas quais essa perspectiva de leitura do fenômeno esportivo ganhou as mentes das pessoas comuns tornando-se assim uma das interpretações hegemônicas do esporte no país, não só no campo acadêmico como também no imaginário popular, a exemplo do que aconteceu primeiramente na Europa – reduto produtor dessa teoria – e, em seguida, em outras regiões do mundo. Na esteira desse inventário, é necessário então chamar atenção especial para o fato de que a chamada crítica cultural de esquerda endereçada ao esporte no Brasil foi se constituindo tanto por via das influências teóricas alemãs quanto também das influências teóricas francesas, em um movimento contínuo, com uma ruptura mais ou menos datada que remonta ao contexto de abertura política no Brasil e ao fim da ditadura militar em março de 1985.

Tal perspectiva de leitura crítica do mundo social devedora, sobretudo, a um processo, muitas vezes não plenamente racionalizado, de importação de ideias que, em determinados contextos históricos e políticos, fizeram mais sentido que em outros, não se trata, no entanto, de uma movimentação epistemológica que seja cara tão somente ao

domínio do esporte e do lazer. Trata-se de uma apropriação que passa pelo campo dos estudos educacionais, políticos, culturais etc., além de não se confinar tão somente aos cercos do universo acadêmico e, ao invés disso, movimentar a intelectualidade do país como um todo e os mais diversos porta-vozes que concorrem no interior dos campos culturais com vistas a pleitearem a imposição de uma determinada visão de mundo, por ora tida como mais satisfatória no intuito de responder às angústias coletivas, em detrimento de outras frentes analíticas¹.

A título de aprofundamento do que está sendo exposto a partir da apreciação dialógica dos textos e dos contextos que concorreram para que essa perspectiva de análise do esporte emergisse e fosse legitimada em solo brasileiro, é oportuno mencionarmos o livro “*Esporte para todos: um discurso ideológico*”, publicado por Kátia Brandão Cavalcanti¹⁰ em 1984. Ao analisar criticamente o movimento Esporte para todos (EPT), gestado na Noruega em 1967 e difundido no Brasil a partir do início dos anos 1970, a pesquisadora, em uma abordagem que segue a análise de corte estrutural-marxista de Brohm, afirma que o esporte se trata de um aparelho, o aparelho esportivo, e funciona como um instrumento de dominação política. Em termos mais incisivos, sugere a autora que: “Sem jamais por em questão a ordem estabelecida, o papel do esporte consiste em inculcar o espírito de disciplina, de obediência, contribuindo efetivamente para criar e manter o conformismo social”¹⁰ (p. 52).

Esse tipo de argumentação, com um maior grau de complexidade analítica se faria também presente no texto “*A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista*”, cujo qual foi publicado pelo pesquisador Valter Bracht¹¹ na *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* no ano de 1986. Esse texto, somado ao livro de Cavalcanti, foi trazido à tona em pleno contexto de efervescência política que tomava de assalto o país e não só marca o descontentamento de determinada ala intelectual emergente no campo da Educação Física quanto à reprodução do esporte-rendimento – e dos valores dominantes a ele atrelados – na Educação Física escolar, como sintetiza – ou mesmo inaugura – uma perspectiva de leitura crítico-pedagógica do esporte ancorada no binômio “esporte na escola” *versus* “esporte da escola”.

Brevemente falando, Bracht¹¹, em um primeiro momento de seu texto, questiona duramente os posicionamentos positivo-funcionais assumidos por alguns pesquisadores frente às supostas contribuições que o esporte desempenharia no processo de socialização das crianças nas aulas de Educação Física protagonizadas no ambiente escolar. Contrário a essa abordagem que enfatiza os elementos funcionais em detrimento dos disfuncionais, Bracht¹¹ constrói a segunda parte de seu argumento enfatizando, em tom irônico, que o esporte, de fato, contribui para socializar as crianças, mas em um esquema de percepção da realidade que não leva ao questionamento da ordem vigente e sim ao acomodamento. Por fim, o autor, em diálogo com a pedagogia crítico-social dos conteúdos, sugere que uma atitude pedagógica do esporte que se apeteça transformadora deve levar particularmente em conta os interesses da classe trabalhadora de modo à “[...] possibilitar através desta pedagogia que estes indivíduos possam analisar criticamente o fenômeno esportivo, situá-lo e relacioná-lo com o contexto sócio-econômico-político e cultural”¹¹ (p. 66).

Como é possível verificar, trata-se de uma interpretação crítica do fenômeno esportivo fiel às leituras de teor marxista do esporte levadas a rigor de forma original em Alemanha e França. Posicionamentos tais como esses, seriam, inclusive, intensificados no livro que Bracht, anos mais tarde, publicaria com o título “*Educação Física e aprendizagem social*” – livro que inclui como um de seus capítulos o artigo “*A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista*”¹² – e também no livro “*Metodologia do ensino de Educação Física*”, datado de 1992 e assinado por um coletivo de autores entre os quais Bracht estava incluso¹³. Importante notar que muito embora seja possível que no decorrer de sua trajetória acadêmica Bracht ou mesmo algum outro membro que participou da elaboração do livro aludido, tenha reconsiderado algumas de suas posições, o fato é que as ideias, independentemente dessa tomada de posição, não deixam de exercer sua eficácia social e, do ponto de vista da crítica marxista ao esporte, tais autores do campo da Educação Física tiveram sua contribuição para legitimar essa interpretação teórica no país.

Agregando mais elementos ao cenário analítico composto, é oportuno ressaltar que foi nesse mesmo contexto de abertura política no Brasil que emergiram as análises críticas do pesquisador Roberto Ramos¹⁴ sobre futebol. Até onde sabemos, esse autor em seu livro “*Futebol: ideologia do poder*”, publicado no ano de 1984, empreendeu esforço pioneiro de sistematização das proposições teóricas marxistas para explicar a circulação social do futebol no Brasil. No referido livro organizado em duas partes, o autor primeiramente apresentou seu referencial teórico e, em seguida, estabeleceu algumas hipóteses que foram testadas empiricamente a partir de dados recolhidos na cidade de Porto Alegre entre abril e outubro de 1983. Em termos das hipóteses elaboradas para o seu estudo, Ramos¹⁴ afirma categoricamente que:

O futebol é um aparelho ideológico do Estado. [...] O futebol mistifica a realidade. Reduz a compreensão das condições materiais e sociais existentes. Preenche espaços consideráveis na vida dos brasileiros. Nisso, os meios de comunicação social são fundamentais. Introduzem essa sociedade de gols, vitórias e campeonatos no cotidiano. O que é feito através de programações inesgotáveis. O noticiário sobre o futebol supera o político e o econômico. Os meios de comunicação fetichizam o futebol. Atribuem-lhe auto-suficiência, um valor em si, intrínseco. Absolutizam-no. Justificam a sua popularidade como movida pelo seu poder mágico de envolver as pessoas. [...] O futebol legitima o capitalismo. É reacionário. Não questiona as contradições capitalistas. Mantém incólume o “status quo”. Despolitiza e desmobiliza a organização da classe trabalhadora. Divide os trabalhadores em torcedores de diversos clubes. O que conduz a uma posição acrítica e passiva diante da realidade. O futebol esconde o real e o reproduz em outros níveis. As injustiças sociais são minimizadas num estádio (p. 33-34).

A “utilidade social” do futebol e, de uma forma mais ampla, do próprio esporte para a “família intelectual” *marxista*, conforme passível observar no excerto acima, se estabelece em termos ideológicos. Ao reproduzir sob aparência, ora mágica e lúdica, ora mecanicista, repetitiva e desgastante, as relações de trabalho na esfera do lazer conforme preconizou, por exemplo, Vinnai¹⁵ (2003), a quem Ramos recorreu como um de seus interlocutores teóricos, o futebol estaria a serviço dos interesses da classe detentora dos recursos de produção, especialmente por propiciar um espaço para o descarregamento de tensões que, dessa maneira, muito dificilmente seriam manifestas sob a forma de descontentamento ou de protesto nas rotinas de trabalho. Nesse sentido, os supostos efeitos desestabilizadores e desarticuladores caros ao jogo de futebol se imporiam como principais significados sociais decorrentes do sucesso que essa prática alcançou entre as massas, ao menos de acordo como o modelo macroexplicativo partilhado, com certas clivagens, no âmbito dessa “família intelectual”.

Compõe também esse cenário, as explicações de teor *marxista* para as dinâmicas do futebol brasileiro que foram sistematizadas pelo estudioso Robert Levine. Mais ponderado, no entanto, que Ramos, Levine considera uma gama de processos políticos em suas ambiguidades constitutivas, de modo a não compactuar *aprioristicamente* com a tese do futebol como “ópio do povo” e, ao invés disso, demonstrar a partir de análise sociológica que “[...] o significado principal do futebol tem sido o uso pela elite para apoiar a ideologia oficial e dirigir energia social por caminhos compatíveis com os valores sociais prevaletentes”¹⁶ (p. 23).

Assim sendo, Levine percebe que o ímpeto de massificação do futebol brasileiro não se tratava de um projeto elitista para desvirtuar as classes dominadas do questionamento dos privilégios usufruídos pela classe dominante. Em outros termos, o futebol brasileiro, para este pesquisador, não teria se desenvolvido a ponto de se difundir como esporte de apelo massivo por conta de um plano “maquiavélico” das elites, mas como processo histórico constituído “[...] a par das emergências brasileiras como uma sociedade autoritária e industrializada, procurando coerência e motivada por aspirações fortes de reconhecimento internacional e um desejo igualmente forte de limitar as mudanças sociais dentro das fronteiras aceitáveis pela classe dominante”¹⁶ (p. 43).

Portanto, se em Ramos¹⁴, o futebol foi analisado na condição de aparelho ideológico de Estado ou, melhor dizendo, como prática que reprime os conflitos de classe e desvia a atenção da população de suas contradições mais básicas, em Levine¹⁶, não foi dada tanta atenção aos efeitos de apropriação mercadológica dessa prática esportiva e sim às relações que viriam a se estabelecer entre futebol e Estado por via de uma série de mediações políticas convergentes aos interesses das elites. Levine¹⁶, nesse caso, filiado de forma mais relacional aos preceitos clássicos da teoria *marxista*, rejeita, de antemão, a leitura do futebol como “ópio do povo” ou como produto da indústria cultural e no lugar destas teses recoloca as dinâmicas políticas mediadas pelo Estado como mecanismo estruturante que, em consonância com os ideais defendidos pelas elites, ajudou a desenvolver o futebol brasileiro e, por via dele, fortalecer o sentimento de orgulho nacional.

Nesse sentido, é permissível dizer que no texto de Levine¹⁶ muda-se o enfoque argumentativo quando comparado ao já citado livro de Ramos¹⁴, porém, permanece-se, preso a um mesmo núcleo de características que acabariam elevando o futebol ao *status* de aparelho ideológico do Estado, em uma movimentação epistemológica circunscrita ao que estava sendo levado a efeito no país em virtude da circulação e influência do pensamento de Jean-Marie Brohm sobre algumas alas da *intelligentsia* que se voltavam à análise crítica do fenômeno esportivo^{17,18}. Cabe notar que, na construção desse percurso, o livro “*Sociología política del deporte*” de Brohm (1976) exerceu papel fundamental e é possível que tanto Levine quanto Ramos, ainda quem sem citá-lo diretamente, tenham sido influenciados pela apropriação que aprouve a

Brohm fazer da teoria *althusseriana* dos aparelhos ideológicos de Estado.

Por conseguinte, essas clivagens de interpretação crítica aventadas, não ficam restritas à esfera da ciência e, pelo contrário, se disseminam socialmente através do trabalho dos especialistas culturais. No caso do futebol, esse processo de rotinização estava em marcha no país já ao longo das primeiras décadas do século XX e emblemático disso, conforme já tratado na literatura acadêmica especializada²⁰⁻²⁴, foi a investida crítica de uma série de escritores, entre estes, Lima Barreto, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Carlos Süssekind de Mendonça, em relação a essa temática.

À maneira de ilustração do que está sendo sugerido, convém revisitar as impressões que o futebol despertou em escritores como Lima Barreto²⁵ e Oswald de Andrade²⁶:

Os jornais não falavam em outra coisa. Páginas e colunas deles eram ocupadas com histórias de “matches”, de intrigas de sociedades, etc., etc. Nos bondes, nos cafés, nos trens não se discutia senão futebol. Nas famílias, em suas, conversas íntimas, só se tratava do jogo de pontapés. [...] Comecei a observar e a tomar notas. Percebi logo existir um grande mal que a atividade mental de toda uma população de uma grande cidade fosse absorvida para assunto tão fútil e se absorvesse nele; percebi também que não concorria tal jogo para o desenvolvimento físico dos rapazes, porque verifiquei que, até numa sociedade, eram sempre os mesmos a jogar; escrevi também que eles cultivam preconceitos de toda a sorte; foi, então, que me insurgi [...] (515-516).

Não, você não tem razão alguma em fazer restrições ao empreendimento desses meninos e dessas moças. Só o fato deles nos descansarem do cinema, dessa imbecilização crescente pela tela, com que os Estados Unidos afogaram o mundo, para depois tomá-lo sem resistência, só isso me faria dar a Legião de Honra, a Cruz de Ferro, a Ordem do Cruzeiro, tudo que haja de condecoração em todo mundo aos amadores do nosso teatro. Olhe, quando se falou contra o ópio do povo, devia-se ter pôsto no plural e juntado o cinema e o futebol... O mundo não progride por causa desses entorpecentes (p. 85).

Vinte e um anos separam esses dois pareceres que, em seu teor constitutivo, revelam ideias-força referentes aos supostos efeitos deletérios da circulação social do futebol no Brasil. O comentário de Lima Barreto foi originalmente veiculado na Revista *Careta* em 08 de abril de 1922²⁵, ao passo que a análise de Oswald de Andrade foi desenvolvida no texto “Do teatro, que é bom...” de 1943²⁶. Ambas as leituras, se revestem de um fundo pessimista e crítico com relação ao futebol e ao suposto papel desarticulador exercido por essa prática esportiva nesta sociedade. Mais que isso, esses dois pareceres são sugestivos de que ideias associadas ao marxismo estavam potencialmente presentes nas esferas de produção cultural no país como um projeto analítico vencedor¹. As razões para isso são múltiplas, porém a mais importante tem a ver com a força da teoria *marxista* na própria constituição da realidade que se propôs a desvelar.

Ademais, como discutido por Bourdieu²⁷, o marxismo contribuiu de forma ímpar para que viessem a ser consolidadas hegemonicamente a percepção classista, economicista e materialista que os sujeitos teriam de suas experiências sociais constituídas na modernidade. Nas palavras do autor: “Não há dúvida de que, se nós falamos de classe, é essencialmente graças a Marx. [...] se há algo na realidade semelhante à classe, é em grande parte graças a Marx, ou, mais exatamente, ao efeito de teoria exercido pela obra de Marx”²⁷ (p. 66). Logo, ao se contribuir para construção de uma realidade que informa e valida a própria teoria, não é de se surpreender que essa teoria ganhe em crédito e plausibilidade para explicar a realidade social e as micro-realidades que a compõem, quer trate-se do futebol, do esporte em geral ou então de outros artefatos e bens culturais.

Por sinal, ideias como essas chegam ao senso comum, dentre outras maneiras, por intermédio da ação sistemática da imprensa escrita e televisionada. Um exemplo disso que estamos dizendo pode ser verificado na entrevista realizada pela Revista *Veja* com o escritor Luis Fernando Veríssimo no dia 7 de junho de 1978, num contexto em que a Copa do Mundo de Futebol da Argentina estava prestes a começar. Ao ser perguntado se o motivo do futebol adquirir tanta importância no Brasil se deveria ao fato de a divulgação dessa prática esportiva atender a outros interesses e substituir coisas mais importantes, Veríssimo²⁸ argumentou da seguinte maneira:

Dizer que o futebol é o ópio do povo virou lugar comum, mas continua sendo verdade. Se bem que eu ache que o ópio do povo é a maconha. Claro que nenhum gênio do mal decidiu, esfregando as mãos, “vamos narcotizar o povo com o futebol e roubar as suas calças”, mas foi isto que aconteceu. O futebol é um esporte proletário que adquiriu o seu status de rico – grandes salários, grandes estádios, grandes campeonatos, grande cobertura – numa década em que o proletariado empobreceu no Brasil. E num período em que o próprio futebol, como espetáculo, empobreceu (p. 4).

O bom humor contido no excerto não é suficiente para obscurecer o fato de que esse tipo de interpretação remete aos efeitos sociais exercidos pela teoria crítica de inspiração *marxista* sobre a compreensão que várias esferas de produção cultural, nesse caso particular, o campo da literatura na figura de um agente específico, conservam e reproduzem acerca dessa prática esportiva no Brasil. A resposta de Veríssimo, nesse sentido, fornece elementos analíticos que enquadram o futebol como um espaço de tensionamentos, cujos conflitos são matizados somente a partir da variável “classe social” em sua dimensão exclusivamente econômica.

Por sinal, é sempre importante ter em mente que interpretações como essa dizem respeito a uma postura politicamente informada, até mesmo porque as fronteiras que se erguem entre ciência e política como microcosmos sociais dotados de lógicas absurdamente opostas²⁹, parecem inexistir ou então não serem claramente assumidas pelos intelectuais e porta-vozes das mais diferentes variações de marxismo, seja ele acadêmico ou popular. É inclusive essa correlação imediata entre ciência e política que acaba conferindo uma aparência de crítica radical a essa linhagem de pensamento, pois ao evidenciar na prática um engajamento efetivo com a causa dos despossuídos, causa essa já diagnosticada de antemão pelo modelo teórico, é que se constituiria a verdadeira *praxis* transformadora da realidade social¹.

Uma das principais implicações epistemológicas – mas também pedagógicas, tendo em vista que a abordagem do esporte no espaço da Educação Física escolar brasileira foi fortemente influenciada por esse discurso teórico a partir dos anos 1990 – do estabelecimento dessas relações de causa-efeito entre política e ciência, no caso dessa linhagem intelectual revisitada, é fundamental, portanto, uma proposta interpretativa que tende a condenar o esporte e minar outras possibilidades de leituras que senão o desvelamento das antevistas relações de exploração favorecidas ou então ocultadas por esportes como o futebol¹. Visto por esse ângulo, tal prática esportiva enquadrar-se-ia nas políticas de “pão e circo”, reiterando uma espécie de análise determinista que continua sendo replicada e dimensionada em várias instâncias sociais em termos como os apresentados por Soares Filho³⁰:

Assim, ao invés dos circos romanos com gladiadores lutando em arenas, no Brasil, existem os estádios de futebol e seus times milionários. Pelo fato de serem apaixonados por este esporte, comparecem semanalmente aos estádios, às quartas e aos domingos. Portanto, com políticas como o Bolsa Família e espetáculos frequentes de diversão, tal qual acontecia no Império Romano, os brasileiros esquecem os problemas sociais, como a sua condição indigna de moradia, sendo sua única preocupação os resultados das partidas (p. 355).

Esse mesmo parece ser o limite até onde chegam as críticas menos relacionais dirigidas ao futebol em várias instâncias culturais que, informadas emocionalmente por valores políticos, promovem, muitas vezes sem o saberem, uma espécie de marxismo panfletário. A força deste “casamento” entre marxismo e senso comum é tão peremptória que, em certos casos, é possível visualizar nos próprios estudos do esporte que se atêm a problematizar as relações entre futebol e cultura política a veiculação, por vias pré-reflexivas e não tensionadas, de análises que atribuem a essa prática esportiva a função de aparelho ideológico do Estado, de “ópio do povo”, de subproduto da indústria cultural e assim por diante. Não há espaço aqui, para aprofundar nessa discussão, mas exemplos desse tipo de recursividade foram tratados na pesquisa¹ que deu respaldo à argumentação em tela e que agora encaminhamos ao desfecho.

Considerações finais

A função de uma Sociologia Crítica do Conhecimento, tal como a entendemos, não é se constituir em árbitro das relações de produção do saber no propósito de hierarquizar as obras, teorias e produções intelectuais e culturais segundo critérios como “bom” ou “mau”, “falso” ou “verdadeiro”. Pelo contrário, o objetivo maior é primeiramente tentar restabelecer os nexos inter-geracionais e não-lineares existentes entre as diferentes obras de teor acadêmico ou não, para, em seguida, procurar problematizar as correlações que são historicamente estabelecidas entre a esfera epistemológica e ontológica – entre o fazer teórico e a realidade empírica – no sentido de restituir as condições sociais que fizeram com que determinadas interpretações ganhassem o mundo e fossem atualizadas em detrimento de outras¹.

Nesse texto, submetemos a “família intelectual” *marxista* dos estudos do esporte a esse tipo de análise sugerida. O exercício, evidentemente, não pôde e talvez mesmo nem permita contemplar todas as ideias caras a essa linhagem. Não se trata de um mapeamento exaustivo e matemático da literatura, seguido da elaboração de categorias e quadros estatísticos que, ao que se crê, permitiriam apreender e visualizar a “realidade” da produção do saber em determinada

área. Em outras palavras, o tipo de abordagem que defendemos para se pensar a produção de conhecimento no campo da Educação Física prescreve uma preocupação exclusiva com os “critérios problematizadores” do conhecimento e não com os “critérios indicadores” do conhecimento. Ao longo do texto, procuramos fornecer algumas pistas acerca de como a análise da produção do “saber esportivo” pode se beneficiar desse tipo de abordagem teórica problematizadora. Esse basicamente constitui o aspecto metodológico de nossa contribuição.

Já no que versa à especificidade analítica norteadora da “família intelectual” marxista dos estudos do esporte e, particularmente, do futebol compete ainda algumas observações. Em primeiro lugar, entendemos que o esforço crítico mobilizado por alguns de seus porta-vozes tem “relação forte” com seus “descontentamentos refletidos” no tocante à realidade social e “relação fraca” com os processos empiricamente verificáveis – e, diga-se de passagem, não economicamente sobredeterminados – no contexto esportivo¹. Em segundo lugar, ressaltamos que as análises sobre o fenômeno esportivo moderno levadas a efeito pelos intelectuais no campo acadêmico sofreram as influências das teorizações de Adorno e Horkheimer sobre a “indústria cultural” e, sobretudo, da teoria dos “aparelhos de Estado” de Althusser, ao passo que nos campos de produção cultural essa mesma interpretação crítica do esporte, não raro, se manifestou como apropriação heterodoxa do marxismo e das teorias críticas de fundamentação marxista, sintetizando o esporte e, mais especificamente, o futebol na fórmula “ópio do povo”¹.

À maneira de conclusão, cabe reconhecer que é possível conservar uma posição crítica ao sistema de dominação social engendrado ou favorecido pelas práticas culturais, sem, entretanto, reduzir os agentes a epifenômenos das estruturas, como se fossem marionetes manipuláveis e sem a capacidade de fazer outra coisa que senão manifestar obediência aos imperativos do mercado de bens simbólicos. É por isso que entendemos que pensar e tratar o esporte como “indústria cultural” ou como “aparelho ideológico de Estado” não corresponde, em sua completude, à dinamicidade com que essa esfera, a propósito de outras, inclusive a econômica, se organiza na sociedade. Tais recursos analíticos que se rotinizam no plano teórico e que fundamentam crenças sociais, tampouco fazem justiça aos padrões de dependência mutáveis entre os grupos de seres humanos interdependentes⁵. Além disso, esse tipo de abordagem induz o campo esportivo a um estado não salutar, conforme passível argumentar a partir de Bourdieu³¹ (p. 142) quando comenta que: “Um campo torna-se um aparelho quando os dominantes têm os meios de anular a resistência e as reações dos dominados” ou aquiesce que: “Os aparelhos são, portanto, um estado que podemos considerar patológico, dos campos”³¹ (p. 143). Desconfiados dessas condições, preferimos então acreditar no movimento relacional da história e do fazer científico: “Há história, enquanto há pessoas que se revoltam, que fazem histórias”³¹ (p. 143).

Referências

1. Souza J. O “esporte das multidões” no Brasil: entre o contexto de ação futebolístico e a negociação mimética dos conflitos sociais. [Tese de Doutorado]. Curitiba: Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná; 2014.
2. Mannheim K. O problema de uma sociologia do conhecimento. In: Bertelli AR, *et al.*, orgs. Sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar; 1967. p. 13-80.
3. Brandão GMB. Linhagens do pensamento político brasileiro. Dados – Revista de Ciências Sociais. 2005; 48: 231-269.
4. Mannheim K. Ideologia e utopia. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar; 1976.
5. Elias N. Introdução à Sociologia. São Paulo: Martins Fontes; 1980.
6. Souza JF. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora da UFMG; 2009.
7. Bracht V. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí; 2005.
8. Althusser L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. Lisboa: Editorial Presença; 1970.
9. Brohm JM. La Tyrannie Sportive: théorie critique d’un opium du people. Paris: Beauchesne; 2006.
10. Cavalcanti KB. Esporte para todos: um discurso ideológico. São Paulo: IBRASA; 1984.
11. Bracht V. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. 1986; 7: 62-68.
12. Bracht V. Educação Física e aprendizagem social. Porto Alegre: Magister; 1992.
13. Soares CL, *et al.* Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez; 1992.
14. Ramos R. Futebol: ideologia do poder. Petrópolis: Vozes; 1984.

15. Vinnai G. El fútbol como ideología. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina; 2003.
16. Levine RM. Esporte e sociedade: o caso do futebol brasileiro. In: Meihy JCSB, Witter JS, orgs. Futebol e cultura: coletânea de estudos. São Paulo: Imprensa Oficial; 1982. p. 21-44.
17. Vaz AF. Teoria crítica do esporte: origens, polêmicas, atualidade. Esporte e Sociedade. 2005; 1: 01-23.
18. Torri D, Vaz AF. Do centro à periferia: sobre a presença da teoria crítica do esporte no Brasil. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. 2006; 28: 185-200.
19. Brohm JM. Sociología Política del Deporte. Ciudad del México: Fondo de Cultura Economica; 1976.
20. Costa W. O futebol na ponta da caneta. Revista da USP/ Dossiê futebol. 1994; 22: 84-91.
21. Toledo LH. Contribuições ao estudo da crônica esportiva 1: a “contracrônica” esportiva de Lima Barreto. Pesquisa de Campo. 1996; 3-4: 37-50.
22. Soares AJG, Lovisolo HR. O futebol é fogo de palha: a “profecia” de Graciliano Ramos. Pesquisa de Campo. 1997; 5: p. 07-20.
23. Pereira LAM. O jogo dos sentidos: os literatos e a popularização do futebol no Rio de Janeiro. In: Pereira LAM, Chalhoub S, orgs. A história contada – capítulos da história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1998. 195-231.
24. Santos JA. Os intelectuais e as críticas às práticas esportivas no Brasil (1890-1947). [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2000.
25. Barreto AHL. Como Resposta. In: Rezende B, Valença R, orgs. Toda crônica – vol. 2 (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir; 2004. p. 516-517.
26. Andrade O. Ponta de lança – polêmica. 2. ed. São Paulo: Editora Civilização Brasileira; 1971.
27. Bourdieu P. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense; 1990.
28. Veríssimo LF. A monocultura do futebol [entrevista concedida à Revista Veja]. Veja. 1978; 509: 3-6.
29. Bourdieu P. A causa da ciência: como a história das ciências sociais pode servir ao progresso das ciências. Política e Sociedade. 2002; 1: 143-161.
30. Soares Filho S. Brasil, a continuidade da política do pão e circo ou é só impressão? Revista Estudos Jurídicos/ UNESP. 2010; 14: 335-358.
31. Bourdieu P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero; 1983.